

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2016 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

Carta do Diretor de Relações com Investidores. Srs. Acionistas, Submetemos para apreciação, os presentes Comentários de Desempenho e as Demonstrações financeiras da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ("Macapá" ou "Cia."), com Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2016. A Macapá registrou em 31/12/2016 resultado operacional de R\$ 348.152. Por outro lado, o resultado financeiro negativo foi de R\$ 84.900. Com isso, o lucro líquido do exercício de 2016 foi de R\$ 159.092, em consonância com o orçamento da Cia. e as expectativas da diretoria. A Cia. apresentou, em 2016, condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e LP. A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A reafirma o seu compromisso de desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração, colaboradores, clientes, fornecedores e os Governos Municipais, Estadual e Federal. **Juan Ramon Jimenez Mogollon - Diretor de Relações com Investidores.** **Histórico.** A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ("LMTE" ou "Cia."), S/A de capital aberto, foi constituída em 7/07/2008 e está estabelecida no RJ, com filial no Pará. A Macapá é uma concessionária do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S/A e indiretamente controlada pelo Grupo Isolux Corsán que atua desde o ano 2000 no setor de transmissão de energia elétrica em diversos países. A Isolux Corsán, gere 6.811 quilômetros de linhas no Brasil, na Índia e Peru. No Brasil, constrói e opera 4.703 quilômetros de linhas de alta tensão e subestações associadas. A Cia. tem por objetivo social exclusivo a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. No dia 16/10/2008, a Cia. assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/08 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 374 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Jurupari, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 95 km, com origem na subestação Jurupari e término na subestação Laranjal, localizada no estado do Amapá; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 244 km, com origem na subestação Laranjal e término na subestação Macapá, no estado do Amapá; pela subestação Oriximiná 500/138 kV (150 MVA); pela subestação Laranjal em 230/69 kV (200 MVA); pela subestação Macapá em 230/69 kV (450 MVA) e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato estabelece uma Receita Anual Permitida ("RAP") de R\$ 71.880, sendo reajustada anualmente pela ANEEL. De acordo com a Res. Homologatória nº 2.098, ANEEL reajustou a RAP para o período de 1º/07/2016 a 30/06/2017 para R\$ 106.983. Em 28/06/2016, a ANEEL, de acordo com a Res. Homologatória nº 2.098, estabeleceu a receita anual da Cia. em R\$ 106.983

para o período de 1º/07/2016 a 30/06/2017. Conforme Despacho nº 2.643 de 4/10/2016, foi aprovado uma receita adicional de 127.286 correspondente a 410 de RAP não recebida em função de atrasos, no qual Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, concluiu que não foram de responsabilidade da Transmissora. **Desempenho Operacional.** Dentro das obrigações do Contrato de Concessão, a PLENA - Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia, uma empresa também controlada diretamente pela Isolux Energia e Participações S/A, é a responsável pela operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica. A PLENA possui vasta experiência atuando desde a entrada em operação das 1ªs linhas de transmissão da Isolux em dezembro de 2002. Segue em contínua expansão tendo implantado em 2014 seu próprio Centro de Operação Remoto do Sistema atuando na Gestão centralizada dos ativos de transmissão. As funções de transmissão da LMTE estiveram disponíveis em dezembro de 2016 acima de 92,54% do tempo mensal, registrando um acumulado acima de 99,36% no ano de 2016 e acima de 99,36% nos últimos 12 meses, conforme demonstrado na tabela abaixo e comparado ao 2015.

CONC.	Função transmissão (por tipo e nível de tensão)	Disponibilidade 2015	2016	Jan/16 a dez/16	Dezembro/16
				2015	2016
LMTE	LT 500 kV	99,9981%	99,8716%	99,8716%	100,0000%
	BCS 500kV	99,9133%	99,9109%	99,9109%	100,0000%
	RT 500 kV	99,9981%	99,9966%	99,9966%	100,0000%
	ATR 500/138 kV	99,9954%	99,9989%	99,9989%	100,0000%
	CE 500 kV	99,9719%	99,5649%	99,5649%	100,0000%
	TR 230/69 kV	99,7814%	99,3684%	99,3684%	92,5430%
	CE 230 kV	99,9612%	99,9994%	99,9994%	99,9994%
		99,7625%	99,7937%	99,7937%	98,8150%

A linha de transmissão sofreu 4 deslocamentos automáticos em dezembro de 2016, resultando nos indicadores da tabela abaixo para o período acumulado dos últimos 12 meses e comparado ao 2015.

CONC.	Função Transmissão (Por Tipo e Nível de Tensão)	Taxa de Falha			
		2015	2016	Jan/16 a Dez/16	Dezembro/16
LMTE	LT 500 kV	2,14	0,86	0,86	0
	BCS 500kV	2,5	0	0	0
	RT 500 kV	0	1	1	0
	ATR 500/138 kV	1	1	1	0
	CE 500 kV	3	5	5	0
	TR 230/69 kV	0	0,4	0,4	0,4
	CE 230 kV	1,95	2,25	2,25	0,3
		7	0	0	0

Entendendo a necessidade da manutenção de programas ambientais na fase de operação, e em consonância com as condicionantes da Licença de Operação, a LMTE desenvolve, na área de influência do empreendimento, diversos programas e ações ambientais, para identificar e/ou monitorar possíveis impactos advindos da operação do empreendimento. **Desempenho Econômico-Financeiro.** As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro são apresentadas apresentadas de acordo com o CPC 21 e o IAS 1. A Cia. aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 26 das demonstrações financeiras, em todos os exercícios apresentados. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Cia. adotou ainda todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e

aprovados pelo CFC, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil. Abaixo, apresentamos tabelas e explicações sobre as alterações significativas nas demonstrações de resultado da Cia. (em milhares de reais):

	DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em milhares de R\$, exceto percentuais)				% 2015/2016
	31/12/2016	% Total ROL	2015	% Total ROL	
Receita operacional líquida	348.152	100,00%	275.027	100,00%	26,59%
Custo dos serviços prestados	-12.044	-3,46%	-8.706	-3,17%	38,35%
Lucro bruto (Despesas) receitas operacionais	336.108	96,54%	266.321	96,83%	26,20%
Gerais e administrativas	-10.139	-2,91%	-18.942	-6,89%	-46,47%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	325.969	93,63%	247.379	89,95%	31,77%
Receitas financeiras	1.970	0,57%	1.099	0,40%	79,25%
Despesas financeiras	-86.870	-24,95%	-90.379	-32,86%	-3,88%
Resultado financeiro, líquido	-84.900	-24,39%	-89.280	-32,46%	-4,91%
Lucro antes do IR e contribuição social	241.069	69,24%	158.099	57,48%	52,48%
IR e contribuição social	-81.976	-23,55%	-56.627	-20,59%	44,76%
Lucro líquido do exercício	159.092	45,70%	101.472	36,90%	56,78%

A receita operacional líquida aumentou 26,59%, atingindo R\$ 348.152 em dezembro de 2016 se comparada com R\$ 275.027 em 31/12/2015. O aumento deve-se substancialmente à receita recebida pelo equilíbrio financeiro aprovado através do despacho nº 2.643 no montante de R\$ 127.286. As receitas de remuneração do ativo financeiro somaram R\$ 386.249 (bruta) em dezembro de 2016, comparada com R\$ 293.736 em dezembro de 2015, o aumento está relacionado à receita adicional aprovada pelo Despacho mencionado acima. As receitas de operação e manutenção aumentaram 4%, totalizando R\$ 7.933 em dezembro de 2016, comparada com R\$ 7.592 em dezembro de 2015. As despesas financeiras reduziram 3,88%, atingindo R\$ 86.870 em dezembro de 2016 contra R\$ 90.379 em dezembro de 2015, devido, basicamente, a redução da dívida. Em decorrência dos fatores mencionados acima, a Cia. apresentou um lucro líquido no exercício de R\$ 159.092 mil. **Composição Acionária.** O capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$ 618.367 milhões, representado por 618.367 milhões de ações ordinárias. A Cia. é diretamente controlada pela empresa holding Isolux Energia e Participações S/A, que detém 92% do seu capital social e os outros 8% são detidos pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SU-DAM, a pedido da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A optou por converter em ações ordinárias, com direito a voto, duas parcelas semestrais que foram subscritas em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA no valor de R\$ 48.689 (2015 - R\$ 22.667 correspondentes à parcela de outubro). Do total do valor convertido em 2016, R\$ 34.530 (2015 - R\$ 16.577) foram destinados à conta de Capital Social e R\$ 14.159 (2015 - R\$ 6.090) destinados à conta de Reserva de Capital. **Auditor Independente.** Em conformidade com o disposto na Instrução CVM 381, de 14/01/2003, a Cia. declara que mantém contratada a Chronus Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa e suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informações contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador ANEEL, e de contratos de financiamentos, para o exercício 2016. A Chronus Auditores Independentes desde então prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% do valor do contrato. A política de atuação da Cia., quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto à empresa de auditoria se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. **Agradecimentos.** Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos Acionistas, aos Srs. membros do Conselho de Administração, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

A ADMINISTRAÇÃO

Demonstração dos fluxos de caixa Em MR\$		
	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(Reclassificado)
Lucro líquido do exercício	159.092	101.472
Ajustes: IR e contribuição social diferidos	81.976	56.627
Pis/confins diferido	20.850	16.791
Remuneração do ativo financeiro	(386.249)	(293.736)
Juros dos empréstimos	85.167	86.130
Provisões	(5.696)	5.301
Outros	963	1.192
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	1.751	(320)
Clientes	(9.396)	180
Adiantamentos a fornecedores	12.266	3.810
Despesas antecipadas	113	227
Depósito judiciais	(188)	9.472
Outros ativos	(1.000)	689
Fornecedores	(13.271)	(11.825)
Partes relacionadas	(16.201)	9.428
Outros passivos	(1.045)	878
Impostos e contribuições a recolher	(1.210)	3.374
Caixa aplicado nas operações	(72.077)	(10.310)
Juros pagos	(31.662)	(48.462)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(103.739)	(58.772)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Ativo financeiro – recebimento	159.845	112.088
Caixa restrito	(3.916)	(5.458)
Títulos de renda fixa	(117)	(981)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	155.812	105.649
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Ingressos de empréstimos	5.000	98.680
Pagamento de empréstimos	(46.914)	(156.702)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(14.483)	14.483
Caixa liq. aplicado nas atividades de investimento	(56.397)	(43.539)
Aumento/redução do caixa e equiv. de caixa, líquidos	(4.324)	3.338
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício (Nota 5)	4.774	1.436
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício (Nota 5)	450	4.774
As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 25 a).		

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em MR\$					
	Re-serva de capital	Reserva especial	Lucros acumulados	Total	
Capital social	567.260	4.963	-	94.305	666.528
Extinção de passivo com emissão de instrumento de patrimônio:					
Alocado em capital social	16.577	-	-	-	16.577
Alocado em reserva de capital	-	-	6.090	-	6.090
Lucro do exercício	-	-	-	101.472	101.472
Destinação do lucro do exercício					
	- 5.074	96.398	(101.472)	-	-
Em 31/12/15	583.837	10.037	6.090	190.703	- 790.667
Extinção de passivo com emissão de instrumento de patrimônio:					
Alocado em capital social	34.530	-	-	-	34.530
Alocado em reserva de capital	-	-	14.159	-	14.159
Lucro líquido do exercício	-	-	-	159.092	159.092
Destinação do lucro do exercício					
	- 7.955	-	151.137	(159.092)	-
Em 31/12/16	618.367	17.992	20.249	341.840	- 998.448

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

construção prestado. Caso a concessionária realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou de melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração a receber é alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados. A determinação desses valores justos é baseada no julgamento e nas premissas da Administração. Quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa. e) **Provisão para riscos.** As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Cia. com base nos relatórios preparados por seus consultores jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das informações anuais. Periodicamente, a Cia. revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações. f) **Provisão para custos de construção.** Em caso de contrato oneroso, ou seja, quando for provável que os custos totais do contrato excederão a receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como despesa contra uma provisão de custos de construção. 2.3 **Contrato de concessão.** A Cia. adota e utiliza para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC. Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Esta interpretação é aplicável a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso: O concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e (i) O concedente controle por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão. Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O concessionário deve contabilizar receitas e custos relativos a serviços de construção ou de melhoria de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 Contratos de Construção e CPC 30 Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou

Balço patrimonial - Em MR\$		
	31/12/16	31/12/15
		(Reclassificado)
Ativo	2.299.456	2.078.799
Circulante	232.559	148.068
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	450	4.774
Clientes (Nota 8)	26.209	16.813
Impostos a recuperar	1.277	3.028
Ativo financeiro – concessão (Nota 9)	203.581	121.725
Despesas pagas antecipadamente (Nota 12)	420	533
Outros ativos	622	1.195
Não circulante	2.066.897	1.930.731
Realizável a LP	2.064.632	1.927.536
Ativo financeiro - concessão (Nota 9)	2.045.478	1.900.930
Adiantamentos a fornecedores (Nota 7)	4.352	16.193
Depósitos judiciais	188	-
Partes relacionadas	168	-
Caixa restrito (Nota 11)	9.373	5.457
Títulos de renda fixa	5.073	4.956
Imobilizado, líquido	2.265	3.195
Passivo e patrimônio líquido	2.299.456	2.078.799
Circulante	138.058	179.902
Fornecedores (Nota 13)	8.399	23.747
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	110.143	112.653
Impostos e contribuições a recolher (Nota 15)	12.396	13.441
Partes relacionadas (Nota 10)	-	16.033
Provisões (Nota 16)	5.780	11.476
Outros	1.340	2.552
Não circulante	1.162.949	1.108.230
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	760.379	794.003
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 18)	191.636	109.660
PIS e COFINS diferidos (Nota 17)	210.934	190.084
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	14.483
Patrimônio Líquido (Nota 19)	998.448	790.667
Capital social	618.367	583.837
Reserva legal	17.992	10.037
Reserva de capital	20.249	6.090
Reserva especial de dividendos	341.840	190.703

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31/12/16 Em MR\$, exceto quando indicado de outra forma

Seção A - Informações gerais. 1.1 Contexto operacional. A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("LMTE" ou "Cia."), S.A. de capital fechado, foi constituída em 7/07/08 e está estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais no Amapá e no Pará. A Cia. encontra-se em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Isolux Energia e Participações S.A. detém 92% do capital social da Cia. Os outros 8% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA. A gestão de tesouraria é acompanhada pelo Grupo Isolux no Brasil. Em caso de necessidade a Cia. poderia obter suporte financeiro de sua controladora para honrar os seus compromissos de curto e LP. Contudo, com a entrada em operação da linha de transmissão e recebimento da receita contratual, a Cia. está reestabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 5/02/17. **1.2 Concessão.** Em 27/06/08 a Isolux Engenharia S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/08, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B linha Oriximiná-Macapá. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 8/10/08, foi publicado no Diário Oficial da União de 9/10/08. No dia 16/10/08, a Cia. assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/08 ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 374 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Jurupari, ambas localizadas no estado do Pará; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 95 km, com origem na subestação Jurupari e término na subestação Laranjal, localizada no estado do Amapá; pela linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 244 km, com origem na subestação Laranjal e término na subestação Macapá, no estado do Amapá; pela subestação Oriximiná 500/138 kV (150 MVA); pela subestação Laranjal em 230/69 kV (200 MVA); pela subestação Macapá em 230/69 kV (450 MVA) e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA). Compreende ainda entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações entraram em operação comercial em 12/06/13 (Tramo de 500 kV) e em 22/01/14 (Tramo 230 kV). A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 71.880 (valor histórico), com recebimento em quotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Cia. Em 28/06/16, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098, estabeleceu a receita anual da Cia. em R\$ 106.983 para o período de 1º/07/16 a 30/06/17. Conforme Despacho nº 2.643 de 4/10/16, foi aprovado uma receita adicional de 127.286 correspondente a 410 de RAP não recebida em função de atrasos, no qual Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, concluiu que não foram de responsabilidade da Transmissora. A receita que será ratificada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradores e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.3 Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis da Cia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão detalhadas na Nota 2. **1.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações.** **Normas novas que ainda não entraram em vigor.** As seguintes normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC). • **CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado e CPC 04/IAS 38 - Ativo Intangível.** Esclarece que a depreciação de um item do ativo imobilizado com base na receita gerada pelo uso do ativo não é apropriada. Esclare também que, somente em raras circunstâncias, a amortização de um ativo intangível com base na receita gerada pelo uso do ativo pode ser adequada, a depender da correlação entre a receita e o consumo dos benefícios econômicos gerados. • **CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.** Foram acrescentadas orientações específicas sobre divulgação de transferência de ativos financeiros, além de orientações para auxiliar a decidir se um contrato de prestação de serviços sobre a carteira transferida tem características de envolvimento contínuo. A alteração da norma traz também orientação sobre a divulgação de compensação de ativos e passivos financeiros.</

melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contrapartida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos. O ativo financeiro se origina na medida em que o concessionário tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Cia. são descritos abaixo: • A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável ao contrato de serviço público-privado em que a Cia. faz parte. • A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O modelo que melhor reflete o negócio de transmissão de energia elétrica é o modelo ativo financeiro, pois: (i) A RAP, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é auferida pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização pelos usuários, portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão; e (ii) O poder concedente delegou aos usuários da rede de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro. O valor a receber referente à indenização dos ativos ao final da concessão é apurado quando a construção é finalizada, consequentemente reconhecido pela ANEEL e então incluído no ativo financeiro relacionado aos serviços de construção. Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Cia. considera que a indenização a ser realizada pela ANEEL será pelo valor líquido do investimento realizado na construção.

	31/12/16	31/12/15
Valor do ativo financeiro	2.149.805	2.022.655
Margem de construção (%)	2	2
Inflação prevista (%)	4,5	4,5
Taxa de remuneração do contrato (%)	7,69	7,69

3 Gestão de risco financeiro. 3.1 Fatores de risco financeiro. a) Risco de mercado. A utilização de instrumentos financeiros pela Cia. tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Cia. não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Cia. e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Cia. está exposta são os seguintes: • Riscos relacionados às aplicações financeiras. A Cia. adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em certificados de depósitos bancários. • Riscos relacionados às taxas de juros. A Cia. está exposta a riscos relacionados à taxa de juros um a vez que possui debêntures e financiamentos com taxas de juros pós fixadas. **b) Risco de crédito.** Salvo pelo ativo financeiro, a Cia. não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Interligado Nacional (SIN) de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (II) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios. O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo. **c) Risco de liquidez.** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Cia., sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Cia. é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Cia., por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Fornecedores	8.399	-	-	-	8.399
Empréstimos e financiamentos	110.143	150.411	112.979	510.469	884.002
	118.542	150.411	112.979	510.469	892.401

d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM. Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Cia. está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para o Grupo no exercício, levando em consideração o período projetado de três meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável é uma variação de 0,5% nas taxas de juros, conforme expectativa de mercado. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

		Ativo (passivo) exposto	período	Efeito estimado do lucro líquido e patrimônio líquido
Indicadores	Ativo	Passivo		
Cenário provável				
Risco de taxa de juros				
99% CDI	9.373	-	9.373	13,51
TR + 0,5%	5.073	-	5.073	7,50
TJLP + 1%	(624.241)	(624.241)	8,50	(53.060)
Taxa fixa 8,5% a.a.	(180.246)	(180.246)	8,50	(15.321)
CDI + 7,18% a.a.	(35.351)	(35.351)	20,84	(7.366)
CDI + 9,38% a.a.	(1.338)	(1.338)	23,03	(308)
CDI + 6,5% a.a.	(33.986)	(33.986)	20,15	(6.848)
27,57% a.a.	(3.637)	(3.637)	27,57	(1.003)
CDI + 7,1864%	(5.202)	(5.202)	20,84	(1.084)
				(83.343)

		Ativo (passivo) exposto	período	Efeito estimado do lucro líquido e patrimônio líquido
Cenário 1				
Risco de taxa de juros				
99% CDI	9.373	-	9.373	16,89
TR + 0,5%	5.073	-	5.073	9,38
TJLP + 1%	(624.241)	(624.241)	10,63	(66.326)
Taxa fixa 8,5% a.a.	(180.246)	(180.246)	10,63	(19.151)
CDI + 7,18% a.a.	(35.351)	(35.351)	26,05	(9.207)
CDI + 9,38% a.a.	(1.338)	(1.338)	28,79	(385)
CDI + 6,5% a.a.	(33.986)	(33.986)	25,19	(8.560)
27,57% a.a.	(3.637)	(3.637)	34,46	(1.253)
CDI + 7,1864%	(5.202)	(5.202)	26,05	(1.355)
				(104.178)

		Ativo (passivo) exposto	período	Efeito estimado do lucro líquido e patrimônio líquido
Cenário 2				
Risco de taxa de juros				
99% CDI	9.373	-	9.373	20,27
TR + 0,5%	5.073	-	5.073	11,25
TJLP + 1%	(624.241)	(624.241)	12,75	(79.591)
Taxa fixa 8,5% a.a.	(180.246)	(180.246)	12,75	(22.981)
CDI + 7,18% a.a.	(35.351)	(35.351)	31,25	(11.049)
CDI + 9,38% a.a.	(1.338)	(1.338)	34,55	(462)
CDI + 6,5% a.a.	(33.986)	(33.986)	30,23	(10.272)
27,57% a.a.	(3.637)	(3.637)	41,36	(1.504)
CDI + 7,1864%	(5.202)	(5.202)	31,25	(1.626)
				(125.014)

e) Risco de taxa de juros. A Cia. está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita da variação do CDI. **3.2 Gestão de capital.** Os objetivos da Cia. ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Cia., a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras Cias. do setor, a Cia. monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e LPs, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

	31/12/16	31/12/15
Total dos empréstimos (Nota 14)	870.522	906.656
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(450)	(10.232)
Dívida líquida	870.072	896.424
Total do patrimônio líquido	939.000	790.667
Total do capital	1.809.072	1.687.091
Índice de alavancagem financeira %	48	53

A redução no índice de alavancagem financeira em 2016 foi decorrente da redução do valor da dívida da Cia. e do aumento de capital. **3.3 Estimativa do valor justo.** A Cia. efetua uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo, em 31/12/16, conforme abaixo demonstrado: • Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). • Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31/12/16, a Cia. possui dois ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – os saldos de títulos de renda fixa e caixa restrito que montam, nesta data, respectivamente, R\$ 9.373 e R\$ 5.073. São classi-

4 Instrumentos financeiros por categoria

Ativo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis		Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	450	450	-
Ativo financeiro	-	-	2.249.059	2.249.059	-
Caixa restrito	9.373	-	-	9.373	9.373
Títulos e valores mobiliários	5.073	-	-	5.073	5.073
Partes relacionadas	-	-	168	168	-
Outros ativos	-	-	810	810	-
			14.446	2.250.487	2.264.933
			<u>Emprestimos e recebíveis</u>	<u>Total</u>	
Empréstimos e financiamentos	-	-	870.522	870.522	-
Provisões	-	-	5.780	5.780	-
Fornecedores e outros passivos	-	-	9.739	9.739	-
			886.041	886.041	-

a) Ativo financeiro da concessão. Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Cia. no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Cia., onde: • O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada nos anos 5, 10 e 15 em função do custo de capital. Geralmente, a RAP de qualquer Cia. de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. • Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Cia., a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Considerando que a Cia. não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro. O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. **b) Valorização dos instrumentos financeiros.** A Cia. opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. s principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Cia., em 31/12/16 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação: **c) Financiamentos.** O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros de operações similares nas condições atuais. A Cia. possui operações de empréstimos e financiamentos que reúnem características próprias e contratadas com instituições que operam com crédito a LP (Banco da Amazônia S.A. e SUDAM). Não existe um mercado nacional consolidado de crédito de LP com as características dos financiamentos do Banco da Amazônia S.A., onde as ofertas de crédito com tais características de LP, normalmente estão Ltda.s a estas instituições. O valor contabilizado dos empréstimos aproximam-se do valor justo em 31/12/16, pois a administração considera que não houve oscilação significativa nas taxas de mercado para aplicação nos financiamentos obtidos pela Cia. **5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros.** A qualidade do crédito dos ativos financeiros que estão vencidos é avaliada mediante às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes (Nota 2.1 a)). Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

	31/12/16	31/12/15
Caixa	-	3
Bancos	450	4.771
	<u>450</u>	<u>4.774</u>

7 Adiantamentos a fornecedores. Em 31/12/16 e 2015, o saldos de adiantamentos a fornecedores vinculados à construção da infraestrutura do contrato inicial correspondem a:

	31/12/16	31/12/15
Fornecedor de materiais	6.596	10.139
Fornecedor de serviços	3.311	5.061
Outros fornecedores	863	993
(-) Provisão para perda	(6.418)	-
	<u>4.352</u>	<u>16.193</u>

Em 2016, a Cia. efetuiu uma provisão para perda, em virtude de saldos em aberto para fornecedores de materiais para os quais não possui expectativa de recuperação, impactando o saldo de adiantamentos a fornecedores.

	31/12/16	31/12/15
Vencer	18.602	11.845
Vencidas até 30 dias	106	257
Vencidas de 30 até 365 dias	2.662	2.310
Vencidas há mais de 365 dias	4.839	2.401
	<u>26.209</u>	<u>16.813</u>

A Cia. não registra provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, uma vez que, no caso de inadimplência, a Cia. como agente de transmissão, solicitou a ONS o acionamento centralizado de garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança.

9 Ativo financeiro – concessão

	31/12/16	31/12/15
Ativo financeiro oriundo da concessão		
Circulante	168.521	121.725
Não circulante	2.080.538	1.900.930
	<u>2.249.059</u>	<u>2.022.655</u>

Movimentação

	31/12/16	31/12/15
Saldo inicial em 1º de janeiro	2.022.655	1.841.008
Remuneração do ativo financeiro	386.249	293.736
Recebimento	(159.845)	(112.089)
	<u>2.249.059</u>	<u>2.022.655</u>

O aumento do saldo do ativo financeiro no período comparativo, ocorre da atualização da RAP em 9,32%, conforme IPCA e da receita de reequilíbrio recebida conforme descrito na Nota 1.1. **10 Partes relacionadas.** Os saldos de partes relacionadas correspondem a:

	31/12/16	31/12/15
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S.A.	-	(16.145)
Isolux Projetos e Instalações Ltda.	406	313
Outras empresas do grupo	(238)	(201)
	<u>168</u>	<u>(16.033)</u>

a) Remuneração do pessoal-chave da administração. A Cia., em 31/12/16 e 2015, não efetuou pagamentos a administradores, em virtude de estes serem pagos por outras empresas do Grupo. A Cia. não constituiu qualquer provisão para ressarcimento das empresas do Grupo que remuneraram seus administradores por entender que estes custos não serão repassados no futuro. **11 Caixa restrito.** Refere-se à conta reserva estabelecida em garantia do contrato de empréstimo do FDA e FNO.

	31/12/16	31/12/15
Instituição financeira		
 Tipo de aplicação		
Banco da Amazônia S.A. CDB	9.373	5.457
A aplicação é remunerada a 99% do CDI e tem vencimento em 14/05/18. A conta reserva deverá ter o valor equivalente a uma quota semestral do serviço da dívida vencida para o FDA e três meses do serviço da dívida vencida para o FNO. Em 2016, a Cia. reclassificou o saldo de caixa restrito de 2015 para adequação das demonstrações conforme descrito na nota 1.5. 12 Despesas pagas antecipadamente. O saldo em 31/12/16 e 2015, refere-se principalmente aos seguros contratados.		

	31/12/16	31/12/15
13 Fornecedores		
 (Reclassificado)		
Fornecedores de materiais	3.837	11.742
Fornecedores de serviços	2.824	9.912
Outros	1.738	2.093
	<u>8.399</u>	<u>23.747</u>

Durante o exercício de 2016, a Cia. renegociou e liquidou grande parte da dívida com seus fornecedores. Além disso, reclassificou um saldo de R\$ 2.077 conforme descrito na nota 1.5. **14 Empréstimos e financiamentos.** Posição de empréstimos e financiamentos em 31/12/16:

	31/12/16	31/12/15
Circulante	42.583	37.229
Empréstimos bancários (i)	67.560	75.424
FDA e FNO (iii)	110.143	112.653
Não circulante		
Empréstimos bancários (i)	36.931	69.855
FDA e FNO (iii)	736.928	738.591
Custo de Transação (ii)	(13.480)	(14.443)
	<u>760.379</u>	<u>794.003</u>
	<u>870.522</u>	<u>906.656</u>

As posições dos empréstimos e financiamentos e das amortizações do saldo de LP, a partir de 2018 obedecem ao seguinte escalonamento anual, desconsiderando o custo de transação:

Período	Amortização não circulante
2018	85.817
2019	64.594
2020	56.490
2021	56.490
De 2021 em diante	<u>510.468</u>
	<u>773.859</u>

(i) As taxas de juros dos empréstimos variam entre 8% e 24% ao ano, incluindo o CDI e a TJLP quando aplicado ao contrato. (ii) **Custos de transação (comissões bancárias e IOF).** Estes custos são compostos por gastos com comissões bancárias e IOF pagas no exercício de 2014 e 2013 e alteram a taxa efetiva de juros dos contratos sendo reconhecido como despesas financeiras no resultado ao longo da vigência dos referidos créditos. (iii) **Créditos de LP.** A Cia. emitiu debêntures em 2010 (debêntures de primeira emissão privada conversíveis em dívida em quatro séries da espécie com garantia real e fidejussória) sendo 100% das debêntures inscritas pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, gerido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, com as seguintes características: Valor: R\$ 569.568 Prazo: 240 meses Encargos: TJLP + 1,0% a.a. A primeira prestação foi paga em outubro de 2014 e as demais a cada seis meses, vencendo-se a última prestação em outubro de 2030. Em 30/12/16 foi assinado o contrato de financiamento com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) gerido pelo Banco da Amazônia - BASA, nos seguintes termos: Valor: R\$ 142.722 Prazo: 240 meses Encargos: Fixo: 10% a.a. A primeira prestação foi paga no dia 10/03/15 e as demais no dia 10 dos meses subsequentes, vencendo a última prestação em janeiro de 2031. (iv) **Garantias concedidas.** Fianças corporativas emitidas pela Isolux Energia e Participações S.A. e pelo Grupo Isolux Corsán S.A. Para os créditos de LP, foram dados em garantia os recebíveis do contrato de concessão e o penhor das ações. **15 Impostos e contribuições a recolher.** Em 31/12/16, os princi-

pais impostos e contribuições a recolher referem-se à retenções de terceiros e encargos relacionados à folha de pagamento.

	31/12/16	31/12/15
16 Provisões		
Pendência de obra	445	2.266
Contingências a)	4.738	8.299
Outras provisões	597	911
	<u>5.780</u>	<u>11.476</u>

a) Contingências. A Cia. possui processos judiciais de natureza trabalhistas e cíveis com probabilidade de perda possível no montante aproximado de R\$ 22.311. As provisões foram registrados conforme relatório de assessores jurídicos. **17 PIS e COFINS diferidos.** Refere-se ao PIS e COFINS diferidos calculados sobre os efeitos da receita com construção dos ativos de concessão pela adoção do ICPC 01. **PIS e COFINS diferidos**

	173.293	173.293
Em 31/12/14		
Constituição em 2015	16.791	16.791
Em 31/12/15		
Constituição em 2016	190.084	190.084
Em 31/12/16		
	20.850	20.850
	<u>210.934</u>	<u>210.934</u>

18 IR e contribuição social diferidos. Em 31/12/16 e 2015, a reconciliação das despesas de IR e de contribuição social apresentada no resultado são como segue: **a) Reconciliação das taxas efetivas e nominais**

	31/12/16	31/12/15
Prejuízo antes do IR e contribuição social	241.068	158.099
Alíquota nominal combinada do IR e da contribuição social	34%	34%
IR e contribuição social	81.963	53.754
Outras adições	13	2.873
IR e contribuição social diferidos às alíquotas da legislação	<u>81.976</u>	<u>56.627</u>

Os valores de IR e contribuição social diferidos ativos originam-se basicamente das diferenças temporárias entre os prejuízos contábeis e fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão. A Cia. tem expectativa de geração de lucro e que lhe permitirá de utilizar os créditos nos cinco próximos anos.

b) IR e contribuição social diferidos

	IR e CSSL diferidos
Em 31/12/14	53.033
Constituição em 2015	56.627
Em 31/12/15	109.660
Constituição em 2016	81.976
Em 31/12/16	191.636

c) Incentivos fiscais. Em 5/12/08, através da portaria número 429, o Ministério de Minas e Energia aprovou o enquadramento do projeto de linhas de transmissão das Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A., no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura REIDI, pelo qual a Cia. fica isenta de pagamento de PIS e COFINS sobre as notas fiscais de materiais e serviços aplicados em sua obra. **19 Patrimônio líquido. a) Capital social.** O capital subscrito e integralizado em 31/12/16 é de R\$ 618.367 (2015 - R\$ 583.837), está representado por 618.367 mil ações ordinárias de R\$ 1,00 cada. A composição do capital social subscrito da Cia. é como se segue:

	Ordinárias
Acionistas	
Isolux Energia e Participações S.A.	567.260

usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro ou cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer Cia. de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. • Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Cia., a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Considerando que a Cia. não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro. O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. **26.4 Despesas antecipadas.** Os custos de transação relacionados à contratação dos empréstimos ficam como despesas antecipadas no ativo até o recebimento do empréstimo. A partir do recebimento, são transferidos para o passivo financeiro reduzindo o saldo inicial e alterando a taxa de juros. **26.5 Fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **26.6 Empréstimos e financiamentos.** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transação. Esses custos vão reduzir o saldo inicial e alterar a taxa de juros. Em se-

guida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). **26.7 Provisões.** As provisões são reconhecidas quando a Cia. tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **26.8 Demais ativos e passivos.** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses. **26.9 IR e contribuição social corrente e diferidos.** As despesas de IR e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O IR e contribuição social diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o IR e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A análise dessa recuperação leva em consideração as atividades que serão efetuadas pela Cia. bem como as características respectivas do contrato de concessão que permitirão as realizações dos impostos diferidos ativos. **26.10 Reconhecimento de Receita.** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 Contratos de Construção. Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Cia. Quando a Cia. presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues. O detalhamento do reconhecimento da receita em conformidade com o ICPC 01 está descrito na Nota 2.2. A

receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Cia. e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método da taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **26.11 Encargos regulatórios.** Os montantes futuros pela Cia. estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Reserva Geral de Reversão ("RGR") encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação de serviço de eletricidade, limitado a 3% da receita anual. • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE") taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. Estes encargos são reconhecidos como componente da receita operacional líquida (Nota 21). **26.12 Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais.** Quando a Cia. emite instrumentos patrimoniais próprios e os entrega a seus credores com o intuito de extinguir a totalidade ou parte de um passivo financeiro, tais instrumentos patrimoniais são inicialmente reconhecidos no patrimônio líquido, mensurados pelo seu valor justo. Se o valor justo dos instrumentos patrimoniais próprios emitidos não puderem ser mensurados, os instrumentos patrimoniais próprios devem ser mensurados pelo valor justo do passivo financeiro extinto. **26.13 Dividendos.** A Cia. registra, em bases anuais, os dividendos mínimos obrigatórios como passivo, a menos que esse dividendo mínimo tenha sido efetivamente pago antes do encerramento do exercício. Dividendos complementares ao mínimo obrigatório são registrados como passivo na data em que seu pagamento for aprovado em Assembleia de Acionistas. Dividendos propostos pela Administração da Cia., em consonância com a Lei das S.A., são divulgados em nota explicativa.

Juan Ramon Jimenez Mogollon - Diretor Geral

Manuel Alejandro Martinez Liboreiro - Diretor Administrativo

Luciana Brayer Ramos - Contador - CRC RJ – 110110/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("LMTE" ou "Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/16 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. em 31/12/16, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **1 – Indenização ao término do contrato de concessão.** De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que a concessionária não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessas infraestruturas, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pela concessionária. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que a concessionária tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como recebíveis e registrado ao valor justo. As contas a receber – ativos financeiros – incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável (bens resultantes de reforços e ampliações autorizados pelo poder concedente), referente ao montante que a concessionária terá direito quando do término do contrato de concessão. Conforme divulgado na nota explicativa 8 às demonstrações contábeis, em 31/12/16, a Cia. possui registrado ativos financeiros da Concessão no montante de R\$ 2.249.059 mil, que representam a infraestrutura da Concessão. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.** Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Cia. sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes. Revisamos a precisão histórica do cálculo oriundo do modelo do ativo financeiros, bem como suas principais premissas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Cia. sobre este assunto. **2 – Extinção de dívidas com emissão de instrumentos de patrimônio.** Conforme divulgado na Nota 20 às demonstrações financeiras, em 31/12/16, a Cia. solicitou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM a conversão da dívida e seus respectivos encargos financeiros, referente as debêntures subscritas a favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, contraídas com o agente financeiro Banco da Amazônia S.A, em ações ordinárias com direito a voto. Devido a relevância e magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.** Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação e eficácia operacional implementados pela Cia. sobre a contabilização das debêntures convertidas em ações, recálculo dos montantes envolvidos, confrontos com base em documentação externa. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Cia. sobre este assunto. **3 – Cia. esta classificada como disponível para venda nas demonstrações financeiras do Acionista.** O grupo Isolux Corsan S.A. principal acionista indireto da Cia., vem classificando seus investimentos na América Latina, como disponíveis para venda. A perspectiva de comercialização desses ativos é considerada provável num futuro próximo, baseados em ofertas formais recebidas durante este exercício. Consideramos este assunto relevante para nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.** Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entrevistas com a administração da Cia., documentação adequada para fundamentar o assunto, corroborando com o cenário atual apresentado pela empresa. **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado.** A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/16, elaborada sob a responsabilidade da administração da Cia., e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Cia. Para a formação de

nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 24/02/17. **Chronus Auditores Independentes S/S - CRC-PE-000681/O S-RJ; Rosivam Pereira Diniz - Contadora CRC-PE-014050/O S-RJ; Marcelo Cardona Sobral - Contador CRC-PE-025908/O-8 S-RJ**